
ANEXO V

POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMO DE PAGAMENTO

Consulta Pública

Concorrência SETOP ____/2013

1. Aspectos Gerais

1.1. O presente anexo dispõe sobre as possibilidades e condições de remuneração da CONCESSIONÁRIA, abrangendo as TARIFAS que poderão ser cobradas pela CONCESSIONÁRIA, os adicionais incidentes (ATAERO e Adicional do Tesouro) e o mecanismo de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

1.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta por três diferentes parcelas de receitas:

- A. Do recolhimento das RECEITAS TARIFÁRIAS pagas pelos usuários; e
- B. Da obtenção de RECEITAS COMERCIAIS, de livre arrecadação pela CONCESSIONÁRIA;
- C. Da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, paga pelo PODER CONCEDENTE.

2. RECEITAS TARIFÁRIAS

2.1. Aspectos Gerais

2.1.1. Para fins de cobrança tarifária pelo uso dos serviços prestados e pela infraestrutura aeroportuária, serão consideradas as regulamentações vigentes da ANAC, do Comando da Aeronáutica, ou quem vier lhes substituir em suas atribuições, em especial as Portarias nº 631/DGAC de 28 de abril de 2003; Portaria ANAC nº 700/SER de 16 de abril de 2012; Portaria ANAC nº 52/SRE, de 9 de janeiro de 2012, Resolução ANAC nº 180, de 25 de janeiro de 2011, Resolução ANAC nº 216, de 30 de janeiro de 2012.

2.2. Tarifas Aeroportuárias

2.2.1. As RECEITAS TARIFÁRIAS são aquelas constituídas pelas TARIFAS arrecadadas pela CONCESSIONÁRIA.

2.2.2. As TARIFAS a serem arrecadadas deverão limitar-se àquelas definidas conforme a Lei Federal nº 6.009 de 26 de dezembro de 1973, apresentadas a seguir.

2.2.2.1. **Tarifa de embarque** - devida pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da Estação de Passageiros; incide sobre o passageiro do transporte aéreo;

2.2.2.2. **Tarifa de pouso** - devida pela utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;

2.2.2.3. **Tarifa de Permanência** - devida pelo estacionamento da aeronave, além das três primeiras horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;

2.2.2.4. **Tarifa de Armazenagem** - devida pelo armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea dos Aeroportos; incide sobre consignatário ou transportador, no caso de carga aérea em trânsito.

2.2.2.5. **Tarifa de Capatazia** - devida pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o item anterior; incide sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito.

2.2.2.6. **Tarifa de Conexão** - devida pela alocação de passageiro em conexão em Estação de Passageiros durante a execução do contrato de transporte; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave.

2.2.2.7. **Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota** - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle dos voos em rota, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica;

2.2.2.8. **Tarifa de Uso das Comunicações e e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação** - devida pela utilização do conjunto de

instalações e serviços relacionados ao controle de aproximação, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica;

2.2.2.9. **Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílio-Rádio à Navegação Aérea em área de Controle de Aeródromo** - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle de aeródromo ou aos serviços de informações de voo de aeródromo, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica.

2.2.3. As TARIFAS poderão ser domésticas ou internacionais e serão classificadas de acordo com o grupo de aeronaves que realiza o serviço de transporte aéreo.

2.2.4. Os valores dos TETOS TARIFÁRIOS BASE a serem cobrados, considerando-se o Aeroporto Regional da Zona da Mata como de 2ª categoria, atual categorização do aeroporto, conforme Portaria ANAC nº700/SER de 16 de Abril de 2012, são aqueles regulamentados pela ANAC.

2.2.5. Os valores dos TETOS TARIFÁRIOS serão atualizados conforme as alterações de categoria dos aeroportos, reconhecida pela ANAC, para fins de definição tarifária e/ou sempre que forem reajustados pela ANAC.

2.3. Concessão de Descontos ou Majoração das TARIFAS

2.3.1. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para definir o valor de suas TARIFAS, dentro dos limites da legislação, desde que anuída pelo PODER CONCEDENTE e dentro das normas da Resolução ANAC nº 180, de 25 de janeiro de 2011.

2.3.2. Para o estabelecimento de TARIFA a maior ou a menor à TARIFA vigente, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar anuência do PODER CONCEDENTE para que os impactos das diferenças entre o TETO TARIFÁRIO e os valores propostos sejam incorporados no mecanismo de compartilhamento de RECEITAS TARIFÁRIAS, conforme item 2.5;

- 2.3.3. Quando solicitada anuência para alteração da TARIFA de que trata o item 2.3.2, o PODER CONCEDENTE se pronunciará em 10 (dez) dias úteis. Decorrido o prazo sem que haja a manifestação pelo PODER CONCEDENTE, considerar-se-á aceita a solicitação de alteração da TARIFA.
- 2.3.4. O prazo de que trata o item 2.3.3 será renovado no limite de mais 10 (dez) dias úteis, caso sejam solicitados esclarecimentos junto à CONCESSIONÁRIA. Decorrido o prazo limite, a decisão do PODER CONCEDENTE será definitiva, seja por manifestação ou omissão.
- 2.3.5. A solicitação de alteração tarifária de que trata o item 2.3.2 deverá ter prazo de vigência definido, especificação das TARIFAS e grupos tarifários para os quais é solicitada a anuência, ser acompanhada de justificativa e estimativa de impactos no mecanismo de compartilhamento de receitas entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
- 2.3.6. As estimativas de impacto apresentadas pela CONCESSIONÁRIA vincularão o compartilhamento de RECEITAS TARIFÁRIAS, enquanto durar o regime tarifário diferenciado.
- 2.3.7. A CONCESSIONÁRIA poderá, independente de comunicação ao PODER CONCEDENTE, reestabelecer os TETOS TARIFÁRIOS antes do término do período anuído.
- 2.3.8. A anuência do PODER CONCEDENTE não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento das disposições da Agência Nacional de Aviação Civil.
- 2.3.9. O PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo e independente de solicitação de anuência da CONCESSIONÁRIA, poderá vetar a majoração ou o desconto das TARIFAS.

2.4. Isenções e Repasses

- 2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as isenções tarifárias vigentes, conforme dispõe a Lei Federal nº 6.009 de 26 de dezembro de 1973.
- 2.4.2. As novas hipóteses de isenção definidas em lei ou demais normas regulamentares estarão sujeitas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 2.4.3. Caberá à CONCESSIONÁRIA o repasse ao Fundo Nacional de Aviação Civil, conforme as previsões legais, especialmente aquelas definidas na Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011.

2.5. Compartilhamento de Receitas Tarifárias:

- 2.5.1. As RECEITAS TARIFÁRIAS arrecadadas pela CONCESSIONÁRIA serão partilhadas com o PODER CONCEDENTE, após descontados os repasses previstos em lei e as isenções vigentes.
- 2.5.2. O compartilhamento se dará em faixas nas seguintes proporções:
 - 2.5.2.1. Faixa I - Até que seja alcançada a ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de RECEITA TARIFÁRIA:
 - a. 100% (cem por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
 - 2.5.2.2. Faixa II – a parcela entre R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:
 - a. 50% (cinquenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
 - b. 50% (cinquenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA
 - 2.5.2.3. Faixa III – a parcela entre R1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:
 - a. 40% (quarenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
 - b. 60% (sessenta) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA

2.5.2.4. Faixa IV– a parcela entre R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 25% (vinte e cinco por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 75% (setenta e cinco por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA

2.5.2.5. Faixa V– a parcela entre R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e R\$ R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 20% (vinte por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 80% (oitenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA

2.5.2.6. Faixa VI– a parcela a cima de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 10% (dez por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 90% noventa por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA

2.5.2.7. Os valores das faixas serão atualizados anualmente conforme variação do IGPM – Índice Geral de Preço do Mercado.

3. RECEITAS COMERCIAIS

3.1. Não havendo o comprometimento da operação, manutenção e conservação do sistema aeroportuário, da segurança do público e do cumprimento das demais obrigações contratuais, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar empreendimentos para fins de exploração de RECEITAS COMERCIAIS.

3.2. Não serão permitidas a exploração de atividades ou a veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político-partidário.

3.3. O empreendimento de negócios para geração de RECEITAS COMERCIAIS é de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

- 3.4. O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza por perdas ou prejuízos decorrentes da exploração de RECEITAS COMERCIAIS.
- 3.5. Os contratos de empreendimentos com fins de exploração de RECEITAS COMERCIAIS não poderão ter duração prevista para além do término da CONCESSÃO.
- 3.6. RECEITAS FINANCEIRAS não são consideradas RECEITAS COMERCIAIS para fins das disposições deste Anexo;
- 3.7. São exemplos de RECEITAS COMERCIAIS:
- 3.7.1. Serviços de logística de cargas;
 - 3.7.1. Comercialização de combustíveis;
 - 3.7.2. Exploração comercial de áreas no terminal de passageiros (lojas, quiosques, bancas e outros);
 - 3.7.3. Estacionamento de veículos;
 - 3.7.4. Veiculação de publicidade;
 - 3.7.5. Aluguel de hangares;
 - 3.7.6. Arrendamentos ou outras formas de cessão de uso de para instalação de serviços públicos na área patrimonial do aeroporto;
 - 3.7.7. Aluguel de áreas para eventos;
 - 3.7.8. Outros negócios que a CONCESSIONÁRIA identifique viabilidade.
- 3.8. As RECEITAS COMERCIAIS serão partilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE na proporção de 20% (vinte por cento) para o PODER CONCEDENTE e 80% (oitenta por cento) para a CONCESSIONÁRIA.
- 3.8.1. O cálculo da partilha será feito considerando-se o valor bruto total dos contratos realizados com terceiros, inclusive valores pagos em adiantamentos de aluguéis – “luvas”.
- 3.9. Os valores devidos ao PODER CONCEDENTE, em virtude do compartilhamento das RECEITAS COMERCIAIS, serão pagos ao término de cada ano contratual, contados a partir

da assinatura do CONTRATO, em conta informada pelo PODER CONCEDENTE ou descontados da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida à CONCESSIONÁRIA.

- 3.10. A celebração de contratos para exploração de RECEITAS COMERCIAIS, com empresas AFILIADAS, dependerá de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, que averiguará inclusive, se os preços praticados são condizentes com os preços de mercado.

4. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

4.1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA é remuneração a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, correspondente ao valor solicitado pela LICITANTE conforme PROPOSTA ECONÔMICA apresentada.

4.1.2. Os pagamentos serão feitos mensalmente, considerando-se para tanto 1/12 (um doze avos) do valor solicitado de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apresentado na PROPOSTA ECONÔMICA, ponderado pela NOTA DO QID, conforme ANEXO VII – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

4.1.2.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser pago a cada mês poderá ser divergente, para mais ou para menos, de 1/12 (um doze avos) do valor solicitado pela PROPOSTA ECONÔMICA em razão do desempenho mensurado pelos indicadores do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme resultar da aferição feita pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

4.1.3. A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a partir do término do PERÍODO DE TRANSIÇÃO, e conseqüente início das operações pela CONCESSIONÁRIA.

4.1.3.1. As CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS somente serão devidas a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo de operação do aeroporto.

4.1.4. O reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA se dará anualmente, a partir da assinatura do contrato, em função da variação do IGPM – Índice Geral dos Preços do Mercado, da seguinte forma:

$$CP = CP_0 * \frac{IGPM}{IGPM_0}$$

Na qual:

CP é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA reajustada;

CP_0 é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA na data base, constante da PROPOSTA ECONÔMICA;

$IGPM$ é o Índice Geral dos Preços do Mercado no segundo mês anterior ao reajuste.

$IGPM_0$ é o Índice Geral dos Preços do Mercado no segundo mês anterior à data base.